PREVCOM-BrC
O melhor plano para o seu futuro

1º GOIÁS É LUGAR NO RANKING DO IDEB 2019

ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL
DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

ATA DA 110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ao vigésimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Goiânia, às 09h00, reuniu-se, ordinariamente e virtualmente, o Comitê de Investimentos da Entidade. Presentes os senhores Francisco Jorgivan Machado Leitão, Murilo Luciano Souza Barbosa, Luiz Fernando Oliveira, Rafael Cunha Fernandes e Antônio Henrique Pereira todos colaboradores da PREVCOM-BrC. O senhor Murilo fez um breve relato da semana. Comentou que foi foi marcada por uma alta volatilidade no cenário econômico doméstico, o Ibovespa registrou uma baixa acumulada de 7,28%, sendo a maior queda semanal desde março de 2020, época que se iniciou a crise do corona vírus. Esse impacto ocorreu após o ministro de Economia Paulo Guedes admitir a flexibilização do teto de gastos, destinando os recursos do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil. Além disso, no decorrer da semana houve rumores por parte da associação dos caminhoneiros estabelecendo uma greve prevista para dia 1º de novembro. Em uma tentativa de acalmar os ânimos da classe, o presidente Bolsonaro propôs o Auxílio Diesel no valor de R$400,00 que pretende atingir cerca de 750 mil caminhoneiros. Ademais, a PEC dos Precatórios sofreu alteração no período de ajuste do teto de gastos a partir do IPCA. Atualmente, o reajuste ocorre com base na inflação acumulada de julho do ano anterior até junho do ano vigente. Com a proposta o reajuste ocorrerá no ano calendário (janeiro a dezembro), liberando R$35 bilhões de gastos para o governo. Tais fatores geram preocupação com o teto de gastos e traz o recado ao mercado de uma irresponsabilidade fiscal por parte do governo. Completou dizendo sobre o mercado global. Os dados de crescimento da China cresceram um pouco abaixo do esperado pelo mercado registrando 4,9%, tendo em vista a crise energética que o país enfrenta além do agravamento dos problemas de dívida no setor imobiliário. Já nos Estados Unidos, a atenção continua voltada para a redução dos estímulos monetários. O Senhor Antônio trouxe o Relatório FOCUS de 25-10-2021. Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a projeção subiu, de 8,69% para 8,96% em 2021. Para 2022, a previsão para o IPCA também subiu, de 4,18% para 4,40%. Para 2023, as estimativas ficaram em 3,25%. Para 2024, as projeções ficaram em 3,00%. A projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) caiu de 5,01% para 4,97% em 2021, após longas semanas de alta. Para 2022, a estimativa saiu de 1,50% para 1,40%. Para 2023 caiu de 2,10% para 2,00% e para 2024, as projeções caíram de 2,50% para 2,25%. Para a taxa de câmbio, a estimativa aumentou de R$5,25 para R$ 5,45 em 2021. Para 2022, o valor passou de R$ 5,25 para R$5,45. Para 2023, a projeção saiu de R$5,10 para R$5,20. No ano seguinte, o valor subiu de R$5,07 para R$ 5,10. Para a taxa Selic, os analistas subiram a projeção de 8,25% para 8,75% em 2021. Para 2022, a projeção subiu de 8,75% para 9,50%. No ano seguinte, a projeção foi subiu de 6,50% para 7,00% e em 2024 se manteve em 6,50%. O Senhor Rafael disse que depois da semana agitada com a flexibilização do teto de gastos, a atenção dos mercados se volta para a reunião do Copom. O comitê já havia antecipado no comunicado a elevação de 100 p.p. na taxa básica de juros em outubro, saindo de 6,25% para 7,25%, fato que segue de acordo com a expectativa dos investidores. Nessa semana também teremos a divulgação do IPCA- 15 e também o IGP-M de outubro. Nos Estados Unidos conheceremos o resultado do PIB, que conta com uma projeção de desaceleração, tendo em vista os impactos da variante delta e o aumento dos preços por lá. O Senhor Jorgivan completou a perspectiva, dizendo que teremos que acompanhar as decisões do Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das

reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definido. Completou afirmando que a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Finalmente, o Senhor Jorgivan sugeriu que a Entidade realizasse estudo para seleção e monitoramento de prestadores de serviço de administração de carteiras de valores mobiliário e de fundo de investimento, motivado por melhora nas escolhas de gestão dos ativos e demais controles. Os presentes concordaram com o Senhor Jorgivan, além de decidirem por manter, por hora, os parâmetros do Relatório de Investimentos aprovado na 108ª reunião deste Comitê, especialmente quanto a estratégia de alocação dos recursos financeiros, e, em seguida, encerrou a reunião. E para constar, eu, Joyce Lima Braga, responsável pela elaboração das atas das reuniões do Comitê de Investimentos, lavrei e subscrevo o referido documento, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos participantes presentes.

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JORGIVAN MACHADO LEITAO**, **Diretor (a)**, em 04/11/2021, às 15:48, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **MURILO LUCIANO SOUZA BARBOSA**, **Diretor (a)**, em 06/12/2021, às 14:46, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO HENRIQUE PEREIRA**, **Secretário (a)**, em 07/12/2021, às 13:20, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA**, **Coordenador (a)**, em 08/12/2021, às 15:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL CUNHA FERNANDES**, **Assessor (a)**, em 17/12/2021, às 11:03, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **JOYCE LIMA BRAGA**, **Secretário (a)**, em 20/01/2022, às 14:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1** informando o código verificador **000024730596** e o código CRC **580D8928**.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS
AVENIDA PRIMEIRA RADIAL Nº 586, BLOCO 4, 5º ANDAR, SALA 13 - Bairro SETOR PEDRO LUDOVICO - GOIANIA - GO - CEP 74820-300 - (62)3201-6011.